

AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

**AGENDA ODS DE 2030 DA ONU: CONCORDÂNCIAS E
DISCREPÂNCIAS EM TORNO DO OBJETIVO DA ODS 4. NA REGIÃO DO
BAIXO TOCANTINS, DO ESTADO DO PARÁ**

AUTOR: RONIVALDO RIBEIRO MORAES

Projeto de Pesquisa do Curso de Mestrado da
Faculdade AGTU the global universit i8 - Mestrado em
Educação com especialização em esg - governança,
responsabilidade social e meio-ambiente.

Brasil,
Cametá/Pa
Setembro de
2024

SUMÁRIO

1.. INTRODUÇÃO.....	04
2.. JUSTIFICATIVA.....	05
3. OBJETIVOS.....	07
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	08
5. METODOLOGIA.....	10
6. CRONOGRAMA.....	12
7. RESULTADOS.....	13
8. REFERÊNCIAS.....	15

1 INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 é um conjunto de ações de responsabilidades dos estados para com o futuro do planeta e da população. O plano político acordado pela cúpula das nações unidas se refere a 17 objetivos e 169 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que incluem diversos temas como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação (ITAMARATY, 2015).

A construção dessa agenda coletiva é produto de muitas reuniões e conferências, bem como consultas à sociedade civil. São uma atualização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio finalizados em 2015, porém não alcançados completamente. O presente estudo trata de um estudo em torno da Agenda 2030 em relação a concretização das ações em nível nacional através da análise dos resultados da meta 4.

Logo nosso problema de pesquisa pretende investigar: Como a implementação de uma política, tal qual, a agenda 2030, da Onu vem acontecendo com suas concordâncias e discrepâncias no Brasil, especialmente, na região do Baixo Tocantins, do Estado do Pará, no que tange ao objetivo 4 da ODS?.

Assim, a temática de estudo perpassa por um campo de pesquisa amplo que é Política e Educação. Nos propondo a investigar a implementação de uma política, tal qual, a Agenda 2030, no Pará, a saber como vem acontecendo no que tange ao Objetivo 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” especialmente nas metas: 4.7.

“Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” e “4.c Até 2030, aumentar o contingente de

professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento”.

Percebendo se as metas em destaque são contempladas no estado através de políticas públicas municipais ou estaduais sendo ou não concretizadas de acordo como sugeridas da Agenda 2030 através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU de 2015.

2 JUSTIFICATIVA

Considerado pelo Secretário Geral da ONU como “Nossa Declaração Global de Interdependência”, o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” é um compromisso dos países em tomar medidas mais audaciosas para erradicar a pobreza e viabilizar as ações de desenvolvimento sustentável em escala mundial, sendo composto de metas e objetivos claros de forma com que todos os Estados possam adotá-los de acordo com suas prioridades e trabalhar em conjunto em uma parceria mundial buscando as mudanças necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2017).

Desse modo, pensar na atual situação do planeta nos revelam de acordo com dados Dados de 2010¹ que sete milhões de hectares de floresta são devastados por ano; um em cada quatro mamíferos corre o risco de desaparecer devido à destruição de hábitat, da caça e mudança climática; entre 1950 e 2005, a produção de metais cresceu seis vezes, a de petróleo, oito, e o consumo de gás natural, 14 vezes. No total, 60 bilhões de toneladas de recursos são extraídas anualmente – cerca de 50% a mais do que 30 anos atrás.

É preciso refletirmos que numa situação de emergência planetária, em prou de objetivos pelo desenvolvimento sutentável, não é

suficientemente ensinar as crianças os princípios da democracia, da cidadania, do respeito aos direitos e às diferenças entre nós, seres humanos. Também, é nosso papel ensiná-las a cuidar da Terra. Mas, como ensinar a cuidar numa sociedade que submete os indivíduos, os povos e a natureza aos interesses do mercado, mobilizando as energias sociais para a produção e a acumulação?

¹ Ver Estado do Mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável. Disponível em: <http://www.worldwatch.org.br/estado_2010.pdf>. Acesso em 27 Set..2024.

Também, é importante pensarmos com (GRÜN, 2003)

“Como podemos ter uma educação não-ambiental se desde o dia do nosso nascimento até o dia de nossa morte vivemos em um ambiente? [...] A única maneira de se entender o conceito de natureza na teoria educacional é por meio de sua ausência. [...] Tudo se passa como se fôssemos educados e educássemos fora de um ambiente” (GRÜN, 2003, p. 2-3).

Nesse sentido, trazer como pauta principal para este estudo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. que trás metas para Educação numa perspectiva da qualidade, equidade e sustentabilidade se justifica pertinente a medida que as metas possam provocar uma concepção planetária mais humana “no sentido em que reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza (REIGOTA, 2004, p. 10).

Do mesmo modo, que este estudo poderá possibilitar academicamente uma colaboração para profissionais da educação, universidades, secretarias de educação, professores da rede pública de ensino e pessoas da comunidade em geral que possam se interessar pela temática em estudo colaborando para que possamos ser provocados por um pensar/agir em que as crianças. Elas sejam vistas como seres da natureza e, simultaneamente, da cultura; corpos biológicos que se desenvolvem em interação com os outros membros de sua espécie (VIGOTSKI, 1989), mas cujo desenvolvimento pleno e bem-estar social dependem de interações com o universo natural de que são parte com os outros membros de sua espécie (ibid),

Nesse sentido, diante da importância que as políticas públicas tem para a Educação Ambiental planetária mais do que nunca, especialmente estreitando as relações entre a dimensão cultural e natural das crianças

através da educação, despertou-me o interesse em pesquisar sobre o tema, a perceber como as metas 1 e 4 da ODS4 vem acontecendo no Pará/Baixo Tocantins. Afim de identificar se de fato as metas se cumprem, quais os programas, ações vem sendo empregados na região especialmente os de cunho educacionais a fim de atingir tais propostas.

A escolha do Objetivo 4 se deu por entendermos a dimensão educacional como primordial no processo de aprender a cuidar da terra. Numa

perspectiva que tenham compromissos com a qualidade de vida, nos planos das ecologias pessoal, social e ambiental (GUATTARI, 1990). Convidando a todos a aprenderem com o passado para que seja possível reinventar cuidadosamente o presente e possibilitar o futuro.

Meu interesse pessoal pela temática se deu também, por compor como tutor, atualmente, o grupo que representa o estado do Para no Curso "Educação Infantil Ambiental para justiça climática: crianças de um território, infâncias de um planeta" que tem como objetivo contribuir para a formação teórico-prática de professores/as da Educação Infantil comprometidos/as em intervir com as crianças em seus territórios para a justiça climática, produzindo novas formas de pensar e de agir em Educação Ambiental para a qualidade da vida na Terra. Um programa que parte do Ministério da Educação como um programa na perspectiva planetária. O que me fez querer a saber mais sobre o objeto de estudo estudado pois segundo Freire (1980, p.61) “[...] nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem sem uma análise sobre suas condições culturais”.

3 OBJETIVOS

Identificar e Analisar como a implementação de uma política, tal qual, a agenda 2030, da Onu vem acontecendo com suas concordâncias e discrepâncias no Brasil, especialmente, na região do Baixo Tocantins, do Estado do Pará, no que tange ao objetivo 4 da ODS?

Buscando de forma mais específica:

- Identificar e Analisar os documentos oficiais da Agenda 2030 relacionados ao objetivo 4 da ODS, no que diz respeito, a implementação dessas políticas governamental e sua eficácia;

- Identificar se de fato a Agenda 2030, instituída, atende aos interesses e necessidades reais da vida das pessoas da região do Baixo Tocantins, considerando as questões culturais, sociais ou econômicas, no que tange, as metas 1 e 4 da ODS4 .
- 3. Identificar os obstáculos que possam estar potencializando/inviabilizando a eficácia da implementação das políticas referentes aos objetivos investigados da ODS.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” traz em seu preâmbulo, a sua essência, o desejo de mudança e igualdade:

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todos os grupos interessados, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e robusto. Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal.

Levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e procuram obter avanços nas metas não alcançadas. Buscam assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.

São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. (ONU, 2015).

Ao problematizarmos o estudo conversamos com Almeida (2010, in. ESTUDOS AVANÇADOS, 2010) para dizer que “o Baixo Tocantins se encontra numa zona de fronteira”. “A microrregião localiza-se entre a Amazônia Central e Amazônia oriental, no nordeste do Pará, por onde passa a linha dividindo coincidentemente a microrregião do Baixo Tocantins e a de Tucuruí (COSTA, 2006, p.21).

Também, verifica-se que a população da região do Baixo Tocantins, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) apontam que corresponde a 494.455 habitantes. A população rural ocupa duas dinâmicas distintas: terra firme e a região das ilhas. na primeira, predomina o cultivo da mandioca para a produção de farinha; enquanto nas ilhas o açaí

desponta como a principal produção. Além da palmeira do açaí nas ilhas há grande incidência de buritizais, entre outras espécies.

Gilson Costa (2006) expõe ainda que as pesquisas sobre a Amazônia indicam que a atividade madeireira foram e ainda são o início do desflorestamento. As análises feitas por ele, sobre o Baixo Tocantins, apontam que o processo na região teve início na década de 1960 e se estendeu até a década de 1990. “As áreas de terra firme desflorestadas são ocupadas por agricultura tradicional de corte e queima, onde basicamente se cultiva mandioca, o principal produto dessa zona” (COSTA, 2006, p.25). “Quanto à região das ilhas, que também sofreu desflorestamento nos estudos avançados mesmo período, esse foi bem menos intenso, com menor impacto, até porque não havia grandes concentrações de espécies madeiráveis como na região de terra firme, o que, dentre outros fatores, permitiu a essas áreas relativas conservação (ibid.).

O autor ainda complementa ao dizer que nos dias atuais, as atividades de agricultura e do extrativismo regem a economia local. As análises de Gilson Costa sobre a região atestam que a renda agrícola advinda da agricultura e do extrativismo responde por mais de 60% da economia dos municípios da região do Baixo Tocantins.

Costa (2006) ainda apresenta o campesinato na Amazônia e sua precariedade como uma característica de vida da população campesina na região. Precariedade que vai desde a baixa escolaridade, baixo uso de insumos, pouca capacidade na produção e comercialização, grandes distâncias dos centros de comercialização, o que facilita a ação de atravessadores, além de ausência/insuficiência de assistência técnica as grandes famílias e a saúde.

Conclui-se desse modo, com base nas duas metas que é preciso garantir assistência técnica e linhas de financiamentos específicos para os produtores rurais de acordo com suas realidades, promover cursos de

empreendedorismo e incentivar criação de cooperativas para agregar valor aos seus produtos e derivados, gerar emprego e renda e consequentemente promover a agricultura sustentável e contribuir para a erradicação da fome nessa região.

Por fim, no Objetivo 4.7: “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos,

igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (AGENDA 2030). Assim, homens e mulheres poderão ter acesso a uma educação de qualidade e considerando as especificidades de sua realidade local. Logo, é preciso investir em programas de educação para o campo, que seja adequado as realidades das comunidades agrícolas considerando aspectos sociais e economicos pautados num ideal de sustentabilidade.

5. METODOLOGIA

Assim, o presente estudo procura trazer uma compreensão ampla a respeito da Organização das Nações Unidas, e do surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda de 2030, assim como, das perspectivas do Brasil no desenvolvimento amplo desses objetivos globais e sua implementação na Região do Baixo Tocantins do Estado do Pará.

Vale destacar, o recorte utilizado no estudo, que consiste na definição de apenas do objetivos 4 da ODS que ocorreu devido à extensão e complexidade dos assuntos dos demais objetivos, procurando investigar o que mais se considerou importante para a microregião de Cametá/Pa, Brasil. Logo, direcionou-se especificamente para o objetivo 4. Educação de qualidade percebendo como se pretende assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos considerando com maior ênfase as metas 1 e 4.

Desse modo, procurou-se uma metodologia de pesquisa que mais pudesse trazer a confiabilidade do estudo. Assim, a pesquisa foi de caráter exploratório que segundo Gil (2002, p.41) “pesquisas exploratórias tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui

levantamento bibliográfico de documentos e entrevistas”. Nesse aspecto, pretende-se realizar entrevistas do tipo semiestruturada em pontos focais da região Norte do Brasil especialmente, no Baixo Tocantins que constituem os Municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé- Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Os possíveis sujeitos da pesquisa: líderes de governo, representantes da

sociedade civil organizada, iniciativa privada, indígenas, quilombolas, empresários, líderes sindicais e políticos etc. Buscando compreender a realidade e especificidade de cada local da microrregião de Cametá /Pa. Também, a análise documental de documentos oficiais como a Agenda 2030 (PLATAFORMA AGENDA 2030), o (ABC da ONU ,2009) (RELATÓRIO LUZ DA AGENDA 2030) etc.

Assim sendo, o presente trabalho apresenta a abordagem qualitativa que de acordo com Creswell (2007, p. 186) “o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos”. Além disso, o autor expõe que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, isto é, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Também, fez -se uso da pesquisa quantitativa que trouxe para o estudo dados do Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (IPEA) sobre os indicadores socioeconômicos e sociais e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e aplicação de questionários que possibilitou um levantamento numérico a cerca dos objetivos da ODS estudados nos municípios pesquisados. Para o tratamento de dados será feita a utilização da “análise de conteúdo que prevê três fases fundamentais [...] pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados-a inferência e a interpretação”. (BARDIN, 2011, p.182).

6 CRONOGRAMA

Atividades	Período – 2017											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento Bibliográfico	X	X	X									
Observação no <i>lócus</i> da pesquisa			X	X	X							
Entrevista dos sujeitos da pesquisa					X							
Análise dos dados coletados				X	X	X	X					
Produção da dissertação			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Qualificação da dissertação						X						
Defesa												X

7 RESULTADOS

Como podemos inferir como uma análise inicial os municípios do Baixo Tocantins ainda possuem um perfil socio econômico em que a maioria da população se encontra no campo e que vivem especialmente da monocultura, do extrativismo ou de benefícios sociais como o bolsa família e seguro defeso. Desse modo, ainda é preciso maior desenvolvimento sócio-econômico da comunidade local e de suas atividades agrícolas mediante a uma economia de sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento pois, também, ainda há ausência de assistência técnica e financiamento rural para a agricultura familiar. É importante dizer que essas populações em geral ainda possuem uma precariedade na educação em que algumas políticas educacionais ainda não chegaram ou ainda acontecem de modo bastante tímido.

Assim, a agenda 2030 propõe como meta: “até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças (AGENDA 2030, 1.4)

Também, no objetivo 2 da Agenda (2030, 2.3): Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Conclui-se desse modo, com base nas duas metas que é preciso garantir assistência técnica e linhas de financiamentos específicos para os produtores rurais de acordo com suas realidades, promover cursos de

empreendedorismo e incentivar criação de cooperativas para agregar valor aos seus produtos e derivados, gerar emprego e renda e consequentemente promover a agricultura sustentável e contribuir para a erradicação da fome nessa região.

Em relação a educação observou-se nas análises realizadas apriori que ainda há um longo caminho a percorrer para que o Brasil possa desenvolver políticas públicas e comprometidas com a consolidação e realização das metas

dos ODS. Ainda precisa ser ampliado esse atendimento, por meio de maiores incentivos governamentais enquanto políticas efetivas, para que estes possam ter a oportunidade de ascender sócio, político, econômico e culturalmente na sociedade com mais respeito, autonomia por educação sustentável e um modo de vida ecologicamente positivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério. **Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins** (2010). In: **Estudos Avançados** (2010). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SjrQ9BqjDpRtD4ndNnNfxcM/>. Acesso em: 03/12/2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CRESWELL, W. John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. 126 páginas.

COSTA, G. s. **Desenvolvimento rural sustentável com no paradigma da agroecologia**. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização. Teoria e Prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

GIL, C. Antônio, 1946-. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo. Atlas, 2002. Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8. 1 ...

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL, **Relatório luz da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável síntese II..** Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/07/relatorio-sicc81ntese_final_download.pdf . Acesso em: 26 Set. 2024.

GRÜN, Mauro. **Uma discussão sobre valores éticos em educação ambiental**. In: *Educação e realidade*, 19 (2), p. 171-196, SET. 2024. GUATTARI,

Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico, IBGE, 2022.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_met as_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf - Acesso em: 03 dez. de 2023.

ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** - 2015. Disponível em: <

<http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/politicaexterna/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimentosustentavel-ods>>. Acesso: 02/12/2023.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, **Momento de ação global para as pessoas e o planeta**. Publicado em 9 de setembro de 2015. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em: 26 Set. 2023.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Conheça a Agenda 2030:** o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. Disponível em: < <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>> <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso: 30 novembro 2023.

UNIC/ RJ. **ABC da ONU.** Disponível em: < http://www.unfpa.org.br/Arquivos/abc_nacoes_unidas.pdf>. Acesso: 30 nov. 2023.

REIGOTA, Marcos. ***O que é educação ambiental.*** São Paulo: Brasiliense, 2004.

VYGOTSKY, L. S. ***A Formação social da mente.*** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.

